DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS

3º Trimestre 2022

SERPRO

Sumário

Demonstrações do Resultado do Exercício 4
Demonstrações do Resultado Abrangente 5
Demonstrações dos Fluxos de Caixa 5
Demonstração do Valor Adicionado 6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 7
1. Contexto Operacional 8
2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras 9
3. Políticas contábeis 10
Ativo 11
4. Caixa e equivalentes de caixa 11
5. Clientes 12
6. Créditos tributários 13
7. Ressarcimento de pessoal cedido a órgãos externos 14
8. Créditos diversos 14
9. Ativo não circulante mantido para venda 14
10. Depósitos judiciais e recursais 15
11. Créditos realizáveis a longo prazo 15
12. Imobilizado 15
13. Intangível 17
Passivo 17
14. Consignações 17
15. Tributos e encargos sociais 17
16. Pessoal a pagar e encargos trabalhistas 18
17. Processos trabalhistas a pagar 18
18. Benefícios a empregados 18
19. Participação nos lucros ou resultados 20
20. Juros sobre capital próprio 20
21. Obrigações tributárias 20
22. Provisões trabalhistas, cíveis e administrativas 20
23. Benefício pós – emprego 23
24. Patrimônio líquido 23
25. Resultado do exercício 23
26. Partes relacionadas 29
27. Outras notas explicativas 31

Balanço Patrimonial

Ativo	NE	Set/2022	Dez/2021
Circulante		2.608.494	2.624.004
. Caixa e equivalentes de caixa	4	1.610.176	1.869.748
. Ativos financeiros		749	710
. Créditos a receber		995.694	750.901
Clientes	5	719.240	530.366
Créditos tributários	6	141.392	114.810
Ressarcimento de pessoal	7	63.380	85.134
Créditos diversos a receber	8	71.682	20.591
. Outros Ativos		293	183
. Ativos não circulantes mantidos para venda	9	1.582	2.462
Não Circulante		1.806.674	1.774.896
. Realizável a longo prazo		1.091.112	1.076.650
Depósitos judiciais e recursais	10	429.052	411.825
Ressarcimento de pessoal	7	294.798	301.553
Créditos tributários diferidos		271.380	267.389
Créditos realizáveis a longo prazo	11	95.554	95.554
Outros ativos		328	329
. Imobilizado	12	621.285	607.182
. Intangível	13	94.277	91.063
Total do Ativo		4.415.168	4.398.899

Passivo	NE	Set/2022	Dez/2021
Circulante		879.600	997.895
. Consignações	14	76.878	83.300
. Tributos e encargos sociais	15	120.639	151.724
. Depósitos diversas origens		858	857
. Obrigações a pagar		681.225	762.014
Fornecedores		67.334	219.781
Pessoal	16	461.017	352.038
Processo trabalhista	17	8.248	56.033
Benefícios a empregados	18	26.838	13.794
Participação nos lucros ou resultados	19	765	24.913
Juros sobre capital próprio	20	92.790	95.165
Outras obrigações		24.233	290
Não Circulante		1.619.193	1.479.785
Obrigações tributárias	21	593.402	433.295
Provisões trabalhistas, cíveis e administrativas	22	463.417	490.572
Benefícios pós-emprego	23	557.773	551.316
Outras obrigações		4.601	4.601
Patrimônio Líquido		1.916.375	1.921.219
. Capital	24	1.061.005	1.061.005
. Reservas		892.437	1.190.886
Reservas de reavaliação		89.298	93.276
Reservas de lucros		803.139	803.139
Dividendos adicionais propostos		0	294.471
. Outros resultados abrangentes		(330.632)	(330.672)
. Lucros Acumulados		293.565	0
Total do Passivo		4.415.168	4.398.899

Demonstrações do Resultado do Exercício

	NE	Set/2022	Set/2021	3 Trim 22	3 Trim 21	2 Trim 22	2 Trim 21	1 T rim22	1 Trim 21
Receita operacional líquida	16.2	2.108.553	2.042.271	719.688	709.469	698.532	690.111	690.333	642.691
Custo dos serviços prestados	16.3	(1.178.234)	(1.040.512)	(422.393)	(353.190)	(418.709)	(361.238)	(337.132)	(326.084)
Lucro bruto		930.319	1.001.759	297.295	356.279	279.823	328.873	353.201	316.607
Despesas operacionais (exceto resultado financeiro)	16.3	(563.347)	(562.091)	(149.616)	(268.161)	(205.298)	(176.870)	(208.434)	(117.064)
Despesas com pessoal e benefícios		(431.272)	(341.620)	(163.098)	(106.421)	(148.922)	(139.871)	(119.252)	(95.329)
Depreciação e amortização		(21.591)	(21.012)	(6.531)	(6.939)	(7.227)	(9.632)	(7.833)	(4.442)
Locação		(5.086)	(17.258)	(1.548)	(9.264)	(2.024)	(4.973)	(1.514)	(3.021)
Manutenção		(11.769)	(18.115)	(4.529)	(2.104)	(4.497)	(9.788)	(2.744)	(6.223)
Serviços de comunicação		(886)	(6.586)	(69)	(3.054)	(784)	(996)	(33)	(2.537)
Serviços profissionais e contratados		(31.363)	(15.887)	(9.609)	(9.531)	(13.532)	(2.722)	(8.223)	(3.633)
Serviços públicos		(7.448)	(5.368)	(1.912)	(1.953)	(2.476)	(1.659)	(3.060)	(1.756)
Resultado com créditos a receber		(66.233)	(20.522)	(3.414)	(1.562)	(9.286)	(6.561)	(53.533)	(12.399)
Despesas tributárias diversas		(980)	(4.208)	(240)	(198)	(368)	(1.516)	(372)	(2.494)
Materiais		(946)	(2.416)	(286)	(777)	(254)	(884)	(405)	(755)
Outras despesas/receitas		2.580	(37.728)	(7.403)	(11.000)	17.543	(25.042)	(7.560)	(1.687)
Resultado com ações judiciais		11.647	(71.371)	49.023	(115.358)	(33.471)	26.774	(3.905)	17.212
Resultado financeiro	16.4	130.789	51.390	57.844	20.380	34.309	22.083	38.637	8.927
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		497.761	491.058	205.523	108.498	108.834	174.086	183.404	208.470
Tributos sobre o lucro	16.5	(115.846)	(25.714)	(23.259)	3.314	(40.776)	(7.361)	(51.811)	(21.668)
Tributos correntes		(122.491)	(84.187)	(17.390)	(36.893)	(49.552)	(35.739)	(55.549)	(11.556)
Tributos diferidos		6.645	58.473	(5.869)	40.207	8.776	28.378	3.738	(10.112)
Lucro/Prejuízo líquido do exercício		381.915	465.344	182.264	111.813	68.058	166.726	131.593	186.804

Demonstrações do Resultado Abrangente

	Set/2022	Set/2021	3 Trim 22	3 Trim 21
Resultado líquido do período	381.915	465.344	182.264	111.813
Ajustes de Instrumentos Financeiros	39	25	94	46
Resultado abrangente no período	381.954	465.369	182.358	111.859

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Atividades Operacionais	Set/2022	Set/2021
Recebimentos de clientes	1.985.996	2.010.392
Recebimentos de clientes – exercícios anteriores	242.652	211.446
Ressarcimento de pessoal requisitado	227.755	242.647
Rendimento de aplicações financeiras	125.774	23.341
Outros recebimentos	92.837	59.754
Tributos e encargos	(369.671)	(268.024)
Pessoal e encargos	(1.521.431)	(1.469.030)
Sentenças judiciais	(83.909)	(166.854)
Pagamentos a fornecedores	(355.534)	(297.907)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais (a)	344.469	345.765
Atividades de Investimentos		
Pagamento Imobilizado/ Intangível	(200.748)	(145.644)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento (b)	(200.748)	(145.644)
Atividades de Financiamento		
Pagamento de Dividendos e JCP	(403.293)	(221.344)
Caixa líquido gerado nas atividades de Financiamento (c)	(403.293)	(221.344)
Movimentação líquida de caixa e equivalente de caixa (a) + (b) + (c)	(259.572)	(21.223)
Saldo inicial – caixa e equivalentes de caixa	1.869.748	1.694.495
Saldo final – caixa e equivalentes de caixa	1.610.176	1.673.272

Demonstração do Valor Adicionado

Geração do Valor Adicionado	Set/2022	Set/2021
Receitas	2.414.415	2.407.839
Vendas de Serviços	2.540.646	2.496.961
Resultado com créditos a receber	(66.233)	(20.524)
Descontos Concedidos	(61.829)	(76.417)
Vendas Canceladas	(2.608)	(1.818)
Outros valores adicionados	4.439	9.637
Insumos adquiridos de terceiros	(293.040)	(276.872)
Valor adicionado bruto	2.121.375	2.130.967
Retenções	(96.344)	(144.952)
Depreciações e Amortizações	(107.991)	(73.581)
Resultados com Ações Judiciais	11.647	(71.371)
Valor adicionado líquido	2.025.031	1.986.016
Recebido de terceiros	146.176	57.248
Valor adicionado total a distribuir	2.171.207	2.043.263
Distribuição do valor adicionado	**Set/2022**	**Set/2021**
Empregados (Salários, Encargos, Benefícios).	1.225.194	1.090.236
Governo (Impostos e Contribuições)	539.581	456.335
Capitais de Terceiros	6.420	19.865
Acionistas (Dividendos juros e JCP)	106.447	65.856
Lucros Retidos	293.565	410.971
Valor adicionado total distribuído	2.171.207	2.043.263

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital	Reservas				Lucros Acumulados	Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
		Reavaliação	Legal	Retenção	Dividendos Adicionais			
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (Publicado)	1.061.005	78.009	58.399	725.191	109.749		(292.983)	1.739.370
Ajuste de Exercícios Anteriores						8.841		8.841
Lucros/Prejuízos líquidos						465.344		465.344
Realização de reserva de reavaliação		(796)				796		0
Dividendos pagos					(109.749)			(109.749)
Juros sobre Capital Próprio (creditados)						(64.011)		(64.011)
Outros Resultados Abrangentes							25	25
Saldo em 30 de setembro de 2021	1.061.005	77.213	58.399	725.191		410.970	(292.958)	2.039.820

	Capital	Reservas				Lucros Acumulados	Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
		Reavaliação	Legal	Retenção	Dividendos Adicionais			
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (Publicado)	1.061.005	93.276	77.948	725.191	294.471		(330.672)	1.921.219
Ajuste de Exercícios Anteriores						462		462
Lucros/Prejuízos líquidos						381.915		381.915
Realização da reserva de reavaliação		(3.978)				3.978		0
Dividendos pagos					(294.471)			(294.471)
Juros sobre Capital Próprio (creditados)						(92.790)		(92.790)
Outros Resultados Abrangentes							40	40
Saldo em 30 de setembro de 2022	1.061.005	89.298	77.948	725.191	0	293.565	(330.632)	1.916.375

1. Contexto Operacional

O Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, empresa pública, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, vinculada ao Ministério da Economia, criado pela Lei nº 4.516, de 1º de dezembro de 1964, é regido pela Lei nº 5.615, de 13 de outubro de 1970, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, pelo presente Estatuto Social e pelas demais normas legais que lhe forem aplicáveis. Com sede em Brasília, o SERPRO tem como objetivo social a execução de serviços de tratamento de informações e processamento de dados, através de computação eletrônica ou eletromecânica, a prestação de assistência no campo de sua especialidade.

O SERPRO, como propulsor da transformação digital no país, está atento à exigência legal de desenvolver soluções tecnológicas que atendam ao relevante interesse coletivo e ao imperativo de segurança nacional. A Empresa busca ser reconhecida como viabilizadora do governo digital e que tem compromisso com segurança e proteção de dados do cidadão, tendo por premissa, ser referência no atendimento aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

1.1 Informações gerais do contexto econômico

Após o impacto econômico decorrente da pandemia COVID-19 observado nos últimos dois anos, a economia mundial continua sendo afetada por eventos extraordinários como a guerra entre Rússia e Ucrânia.

O cenário mundial tem piorado, tanto em termos dos dados recentes, quanto em termos das expectativas. A inflação alta e persistente provocou o início de ciclos de aperto monetário nos Estados Unidos e na Europa, com discursos cada vez mais duros dos dirigentes dos bancos centrais e taxas de juros esperadas maiores. Adicionalmente, destacam-se o prolongamento do conflito na Ucrânia e de suas consequências econômicas; na China, os *lockdowns* para levar a cabo a política de "*covid* zero" e a grave crise no mercado imobiliário; e a reversão das políticas fiscais expansionistas face ao recuo da pandemia e à necessidade de se combater a inflação. Em consequência, as projeções de crescimento no mundo têm se reduzido de forma substancial.

A desaceleração externa deverá afetar negativamente o Brasil, mas a situação do país é diferente da observada na maioria dos países desenvolvidos e em muitos emergentes. O ciclo de aperto monetário, iniciado há um ano e meio pelo Banco Central do Brasil (BCB), parece já ter chegado ao fim e a discussão passa a se concentrar em quando o BCB poderá iniciar a redução da Selic. A inflação está em queda, bem como suas previsões; o nível de atividade vem surpreendendo positivamente e as projeções de crescimento para 2022 vêm sendo revistas para cima.

De acordo com o boletim Focus de 21/10/2022, são esperados os seguintes indicadores macroeconômicos para o final do exercício corrente: (i) PIB: crescimento de 2,76%, superior em relação ao mês anterior (2,26%); (ii) IPCA: projeção de 5,60%, superior à meta estimada de 5%, porém com redução significativa em relação a expectativa do mês anterior (6,61%); e (iii) taxa Selic de 13,75%, maior patamar dos últimos anos, porém no mesmo patamar do mês anterior (13,75%). O crescimento da estimativa do PIB para 2,76% é decorrente principalmente da revisão da

expectativa de crescimento do setor de serviços de 2,1% para 3,4%. Se a tendência de melhora dos indicadores citados se confirmar ao longo do 4º trimestre de 2022, poderemos vislumbrar uma reversão do cenário fiscal pessimista para 2022.

No âmbito do SERPRO, a administração segue observando atentamente o contexto econômico atual, agindo de forma a assegurar a sustentabilidade econômico-financeira, adotando medidas de contenção de gastos, otimização de recursos, aumento de produtividade e minimização dos potenciais impactos financeiros. Neste sentido, nota-se um crescimento nas receitas da Empresa provenientes de clientes privados, o que demonstra o acerto da estratégia adotada de intensificar a diversificação da carteira de clientes e a geração de novos negócios, com o resultado expressivo da expansão das receitas no mercado privado, que representou 16,1% de toda receita bruta operacional apurada no período de janeiro a setembro de 2022.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que procuram convergir às normas internacionais de contabilidade, conforme os normativos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que incluem as Resoluções da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, além da observação estrita da Lei das Sociedades por Ações, e suas atualizações.

As demonstrações apresentadas são consideradas intermediárias e estão em conformidade com a NBC TG 21 e suas mais recentes alterações e representam informações que proporcionam aos seus usuários uma visão abrangente e profunda de suas operações, da posição patrimonial e da saúde financeira, no julgamento de sua alta administração.

2.2 Emissão e divulgação

A emissão e divulgação das demonstrações financeiras do 3º trimestre de 2022, encerrado em 30 de setembro de 2022, foram autorizadas pela Administração da Empresa em reunião de 03 de novembro de 2022.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros que são avaliados a valor justo com reflexo no patrimônio líquido; das provisões trabalhistas, cíveis e administrativas que são mensuradas pelo valor atual estimado da obrigação e suas variações impactam diretamente o resultado do exercício; e das provisões matemáticas relativas aos benefícios pós-emprego da Empresa, mensuradas pelo valor presente líquido das obrigações, que podem impactar tanto no resultado do exercício quanto outros resultados abrangentes (patrimônio líquido).

2.3.1 Mensuração do valor justo

A mensuração ao valor justo dos ativos financeiros ocorre pela abordagem do mercado principal. Os preços utilizados contêm informações relevantes do produto em transações no mercado e envolvem ativos ou passivos considerados semelhantes.

2.4 Base de apresentação

As demonstrações financeiras do 3º trimestre de 2022 foram elaboradas com a finalidade de atualizar os usuários da informação com as ocorrências mais significativas no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.4.1 Moeda funcional

A moeda funcional da Empresa é o Real e as demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais.

2.4.2 Arredondamentos

Os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4.3 Apresentação pelo valor líquido

As contas ativas e passivas que guardam, em sua essência, relações entre si foram consideradas pelo valor líquido em razão de possuírem natureza semelhante.

2.5 Estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas que afetam valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores definitivos das transações somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua e as revisões são reconhecidas prospectivamente.

2.6 Reclassificações

Para fins de comparabilidade e melhor avaliação das situações apresentadas, algumas informações relativas a períodos anteriores podem ser reclassificadas. Tais reclassificações não atendem ao critério de materialidade e, portanto, não são objetos de reapresentação de balanço. Em síntese, representam alterações de nomenclatura de grupo de demonstrações, reclassificação de valores ou revisão de agrupamento de contas.

No terceiro trimestre de 2022, após revisão de agrupamento de contas, foram reclassificadas despesas de remunerações de pessoal, incorporadas por sentenças judiciais, e receitas financeiras do grupo resultados com ações judiciais para despesas com pessoal e benefícios e resultado financeiro, conforme demonstrado:

DRE	Set./2021		Set./2021
	Apresentado	Reclassificações	Reclassificado
Despesas com pessoal e benefícios	(319.729)	(21.891)	(341.620) 0)
Resultado com ações judiciais	(93.252)	21.881	(71.371)
Resultado Financeiro	51.380	10	51.390

2.7 Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC

O SERPRO opta pela apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC pelo método direto, com conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais constante em nota explicativa, NE 4.3, de acordo com NBC TG 03 (R3).

3. Políticas contábeis

As práticas contábeis mais significativas aplicadas pelo SERPRO, até o encerramento do 3º trimestre, para elaboração das demonstrações financeiras estão apresentadas ao longo das notas explicativas. Cálculos e julgamentos realizados no trimestre apresentado, não foram diferentes, em nenhum aspecto relevante, das demonstrações anuais. Não houve alteração significativa de entendimento ou interpretação de normativo, que tenha tido impacto nas demonstrações financeiras, incluindo a NBC Revisão nº 13 DE 07/04/2022.

Ativo

4. Caixa e equivalentes de caixa

Política Contábil

Compreendem os saldos de caixa e aplicações financeiras com realização imediata, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. O risco de alteração no valor justo é irrelevante.

Descrição	Set/2022	Dez/2021
Caixa/ Bancos	2.204	478
Aplicação financeira	1.607.972	1.869.271
Caixa e equivalentes de caixa	1.610.176	1.869.748

4.1 Bancos conta movimento

O valor de R$ 2,2 mi refere-se, em ampla maioria, a recebimentos de clientes públicos e privados, sendo de R$ 1,5 mi em conta internacional, com dólar cotado a R$ 5,4066 em 30/09/2022.

Descrição	Período	Saldo aplicado	Rentabilidade	Receita Financeira	Tributos sobre RF	Rendimento líquido
BB Extramercado FAE Fundo Investimento Renda Fixa	1ºTrim. /2022	979.632	2.1966	21.449	2.911	18.538
	2ºTrim. /2022	718.938	4,8917	20.460	6.793	13.667
	3ºTrim. /2022	980.953	7,3186	29.977	2.818	27.160
		980.953		71.886	12.522	59.365
CAIXA FI Extramercado Comum IRFM-1	1ºTrim. /2022	688.059	2,2668	15.398	83	15.315
	2ºTrim. /2022	641.223	4,9421	17.379	6.458	10.921
	3ºTrim. /2022	627.018	7,3696	21.112	381	20.731
		627.018		53.889	6.922	46.967
Saldo Acumulado	1ºTrim. /2022	1.667.691		36.847	2.994	33.853
	2ºTrim. /2022	1.360.161		37.839	13.251	24.588
	3ºTrim. /2022	1.607.972		51.089	3.198	47.891
		1.607.972		125.775	19.443	106.332

4.2 Aplicações financeiras

Trata-se de aplicações de alta liquidez. Nos termos da Resolução CMN 4.986 /2022, o saldo de R$1,6 bi está aplicado em fundos de investimento extramercado comuns, administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil S.A.

Os fundos extramercado destinados a empresas públicas são compostos da seguinte forma: 75%, no mínimo, atrelados às emissões de títulos públicos do Tesouro Nacional e 25%, no máximo, em certificados ou recibos de depósito bancário de emissão de instituição integrante do conglomerado financeiro liderado pela Caixa ou Banco do Brasil.

Esses fundos apresentam baixo risco, liquidez diária (D+0) e taxa de administração de 0,10% a.a. Devido à composição do fundo, a tendência do rendimento é influenciada pelo comportamento da taxa básica de juros, SELIC. O rendimento líquido das aplicações financeiras até 30 de setembro de 2022 foi R$ 106,3 mi.

4.3 Reconciliação dos Fluxos de Caixa – Método Indireto

Descrição	Set/2022	Set/2021
Lucro líquido do exercício	381.915	465.344
Resultados que não afetaram o caixa	71.972	60.196
Depreciação e amortização	107.991	73.581
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas	66.233	20.524
Provisão acordo coletivo de trabalho	0	(19.281)
Provisões trabalhistas, cíveis e administrativas	(70.111)	38.065
Provisões Plano de Previdência Complementar	6.456	5.761
Créditos tributários diferidos	(6.645)	(58.473)
Softwares desenvolvidos	(8.570)	0
Baixa de ativo Imobilizado	(23.382)	19
Lucro ajustado	453.887	525.540
Movimentações patrimoniais ativas	(315.376)	(306.311)
Movimentações patrimoniais passivas	192.300	124.691
Juros pagos	13.657	1.845
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais (a)	344.468	345.765
Imobilizado / Intangível	(200.748)	(145.644)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (b)	(200.748)	(145.644)
Dividendos pagos	(403.293)	(221.344)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (c)	(403.293)	(221.344)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa no período (a) + (b) + (c)	(259.572)	(21.223)
Saldo inicial – Caixa e equivalentes de caixa	1.869.748	1.694.495
Saldo final – Caixa e Equivalentes de Caixa	1.610.176	1.673.272

5. Clientes

Política Contábil
Não possuem componentes de financiamento; representam o valor acordado entre as partes, com vencimento médio de trinta dias, não ultrapassam um exercício financeiro, não sendo aplicável também o cálculo de ajuste a valor presente. Nos termos da NBC TG 48, o modelo de negócio referente a este ativo tem como objetivo a manutenção de ativos para receber fluxos de caixa contratuais, portanto, reconhecidos pelo custo amortizado.

Descrição	Set/2022	Dez/2021
Créditos a receber a faturar	133.664	159.152
Créditos a receber de clientes a vencer	511.575	116.578
Vencidos até 30 dias	20.282	17.433
Vencidos de 31 a 60 dias	26.636	11.537
Vencidos de 61 a 90 dias	12.734	3.988
Vencidos de 91 a 180 dias	47.938	43.228
Vencidos de 181 a 365 dias	31.790	73.214
Vencidos de 366 até 1095 dias	129.009	230.934
Créditos a receber	913.628	656.064
Perdas incorridas	(89.633)	(42.379)
Perdas estimadas	(104.755)	(83.319)
Total Perdas	(194.388)	(125.698)
Total	719.240	530.366

5.1 Perdas Estimadas para crédito em liquidação duvidosa – PECLD

Política Contábil
O cálculo considera o perfil de pagamento dos clientes, a probabilidade de perda ao longo das faixas de inadimplência, a recuperabilidade desses valores de acordo com a série histórica e previsões de condições econômicas futuras. Os tipos de clientes são segmentados nas categorias Clientes Públicos OGU, Clientes Públicos Não OGU e Mercado Privado e, a partir desta segmentação, é analisado o comportamento histórico do desempenho de pagamentos dos clientes. Permanecem incluídos também como PECLD os valores em avaliação de direito registrados no ativo não circulante.

5.1.1 PECLD de curto prazo

Movimentação	Estimada	Incorrida	Total
Saldo em Dez/2021	(83.319)	(42.379)	(125.698)
Constituição	(26.721)	(57.619)	(84.340)
Reversão	5.285	10.365	15.650
Saldo set./2022	(104.755)	(89.633)	(194.388)

Os valores dos créditos a receber de clientes, no encerramento do trimestre, registrados no curto prazo, são apresentados no balanço, deduzidos das perdas estimadas (R$ 104,8 mi) e das perdas incorridas (R$89,6 mi), perfazendo um total de R$ 194,4 mi.

6. Créditos tributários

Política Contábil
Em créditos de tributos federais são registrados valores de IRPJ e CSLL relativos ao saldo negativo da apuração dos exercícios anteriores até sua utilização ou baixa, as retenções sobre os rendimentos financeiros e recebimentos de serviços, pagamentos por estimativa mensal, e os tributos devidos no final do período, todos nos termos da legislação vigente. Em créditos de tributos municipais são registrados créditos a recuperar junto às secretarias de fazenda.

Descrição	Set/2022	Dez/2021
Tributos Federais – IRPJ e CSLL	131.106	104.591
IR e CSLL a recuperar/compensar	234.154	201.973
IRRF a compensar	19.443	6.404
IRPJ a recolher	(61.195)	(40.869)
CSLL a recolher	(61.296)	(62.917)
Tributos Municipais	10.286	10.219
ISS a compensar	10.286	10.219
Total	141.392	114.810

O valor líquido de IRPJ e CSLL, de R$ 131,1 mi representa o somatório de saldos negativos de períodos anteriores, saldo das antecipações decorrentes de retenção na fonte, pagamentos realizados por estimativas e os valores desses tributos devidos no final do período.

O ISS a compensar (R$ 10,3 mi) se refere a retenções efetuadas por clientes imunes no Distrito Federal – DF, que são realizadas após a obtenção da imunidade tributária.

7. Ressarcimento de pessoal cedido a órgãos externos

Política Contábil

O SERPRO, nos termos da legislação vigente (Decreto nº10.835/2021), é responsável pela folha de pagamento dos empregados cedidos a órgãos externos (Pessoal de Serviço Externo – PSE), assim como outras obrigações correlatas. Os pagamentos ora realizados são reconhecidos como direito a receber dos cessionários – créditos a receber, a partir da emissão de documentos denominados Notas de Ressarcimento.

No encerramento do 3º trimestre de 2022, o SERPRO estava com 1.941 empregados cedidos a órgãos externos, em sua grande maioria, vinculados ao Ministério da Economia.

Descrição	Set/2022	Dez/2021
Ressarcimento – Folha de pagamento	49.767	35.306
Ressarcimento - Sentenças judiciais (a)	13.613	49.828
Total Circulante	63.380	85.134
Ressarcimento – Acordos judiciais (b)	151.121	155.642
Ressarcimento – Processos trabalhistas (c)	143.676	145.911
Total Não Circulante	294.798	301.553

(a) A redução na conta de sentenças judiciais refere-se ao recebimento de ressarcimento de acordo de processo trabalhista ocorrido em agosto/2022.

(b) Referem-se a ressarcimentos de acordos de processos trabalhistas dos empregados cedidos a órgãos externos que estão registrados no longo prazo.

(c) Referem-se aos demais processos trabalhistas de pessoal do quadro externo, a serem ressarcidos em sua maioria da Receita Federal do Brasil.

8. Créditos diversos

O saldo (R$ 71,7 mi) representa, na sua maior parte, créditos decorrentes da folha de pagamento. São valores a receber referentes a adiantamento de 13º salário (R$ 46,8 mi), adiantamento de férias e outros relativos à pessoal (R$ 13,1 mi), parcelamento dos leilões dos imóveis (R$ 11,4 mi), e outros valores (R$ 0,4 mi)

9. Ativo não circulante mantido para venda

Política Contábil

Refere-se a imóveis não inseridos no contexto operacional da Empresa que possuem venda aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração – CA, em conformidade com a Resolução n° 190 de 14/07/2021 do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos – CPPI.

Os ativos não circulantes mantidos para venda são apresentados no Balanço pelo menor valor entre o custo histórico abatido da depreciação ou a expectativa de venda menos as despesas para a venda; os ganhos e perdas são mensurados no resultado quando da operação, conforme normativo contábil.

9.1 Imóveis mantidos para venda

Descrição	Set./2022	Dez./2021		
	Saldo	Saldo	Imóvel	Depreciação
Galpão - Taguatinga DF	1.582	1.582	1.640	(58)

Desde o encerramento de 2021, nos termos da legislação o SERPRO tem viabilizado leilões que culminaram com a venda de imóveis. Permanece com o status "mantido para venda" o prédio comercial localizado Taguatinga –DF, e a Empresa permanece dedicada ao seu plano de vendas.

10. Depósitos judiciais e recursais

Política Contábil
Garantia em juízo de valores depositados a fim de satisfazer crédito oriundo de decisões judiciais. Enquanto o valor estiver depositado em conta à disposição do Juízo, os seus valores compõem o ativo empresarial.

Descrição	Set/2022	Dez/2021
Depósitos judiciais e recursais (a)	422.701	405.474
Ações fiscais (b)	6.351	6.351
Total	429.052	411.825

(a) Neste grupo estão contabilizados, em sua ampla maioria, os valores referentes a depósitos judiciais. O aumento R$ 17,2 mi refere-se a levantamento de alvarás de processos.

(b) Referem-se, em sua maioria, ao procedimento administrativo fiscal – PAF iniciado em 2010 pela Receita Federal do Brasil – RFB, decorrente de alegação de não encaminhamento dos arquivos digitais conforme Manual Normativo de Arquivos Digitais– MANAD.

O Recurso Voluntário interposto pelo SERPRO junto ao Conselho Administrativo de Recursos Federais – CARF teve os argumentos da Empresa acolhidos de forma unânime, declarando-se a nulidade da autuação fiscal por erro de capitulação. O SERPRO aguarda providências por parte da RFB, no sentido de disponibilizar valores para levantamento ou compensação.

11. Créditos realizáveis a longo prazo

Valores relativos a 42,7% do precatório das Letras Financeiras do Tesouro de Santa Catarina – LFTSC devidos à Patrocinadora SERPRO pela EFPC SERPROS, conforme contrato de migração do plano de aposentadoria PS I para o PS II. Valor original R$ 60,2 milhões. Valor atualizado até o encerramento de 2021, R$ 95,5 mi.

12. Imobilizado

Política Contábil
Bens mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. Nos casos em que não for possível fazer estimativa confiável do preço de venda de um ativo, utiliza-se o valor em uso. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

Descrição	**Set./2022**	**Dez./2021**
Bens Móveis e Imóveis	1.496.940	1.503.544
Depreciação e Amortização	(875.655)	(896.361)
Total	**621.285**	**607.182**

Descrição	Saldo	Depreciação/ Amortização	Valor líquido	
	Set./2022		Set./2022	Dez./2021
Edifícios	145.174	(47.130)	98.044	99.774
Terrenos	53.351	-	53.351	56.491
Obras em andamento	18.430	-	18.430	14.754
Instalações	141.283	(128.756)	12.527	28.481
Benfeitorias propr. terceiros	1.817	(1.800)	17	97
IPC/90	19.210	(2.531)	16.679	16.679
Bens móveis	1.117.676	(695.438)	422.238	390.906
Total	**1.496.940**	**(875.655)**	**621.285**	**607.182**

As vidas úteis do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos são estimadas pelos gestores, conforme especificidade do ativo e revisadas periodicamente. Em média, foram assim atribuídas::

Descrição	Vida útil (em anos)
Edifícios	57
Instalações	5
Móveis e utensílios	10
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10
Equipamentos de TI	10
Veículos	10

12.1 Adições e Exclusões

Descrição	Saldo	Adições	Alienações/ Baixas	Saldo
	Dez./2021			Set./2022
Edifícios	145.174			145.174
Terrenos	56.491		(3.141)	53.350
Obras em andamento	14.754	3.676		18,43
Instalações	141.452		(169)	141.283
Benfeitorias propr. terceiros	1.817			1.817
IPC/90	19.210			19.210
Bens móveis	1.124.645	15.067	(22.036)	1.117.676
Total	**1.503.543**	**18.743**	**(25.346)**	**1.496.940**

O quadro reflete aquisições e alienações do imobilizado, desconsiderando os efeitos da movimentação da depreciação/ amortização.

12.2 Movimentação da depreciação e amortização

Descrição	Dez./2021	Depreciação/ Amortização	Set./2022
Edifícios	(45.400)	(1.730)	(47.130)
Instalações	(112.971)	(15.785)	(128.756)
Benfeitorias propr. terceiros	(1.720)	(81)	(1.800)
IPC/90	(2.531)		(2.531)
Bens móveis	(733.740)	38.302	(695.438)
Total	**(896.362)**	**20.706**	**(875.655)**

13. Intangível

Política Contábil

Trata-se de gastos incorridos, que atendem aos critérios de reconhecimento e mensuração para serem ativados, e estão diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos. São mensurados pelo custo de aquisição e desenvolvimento, deduzido das amortizações acumuladas.

Descrição	Dez/2021	Adições	Set/2022
Softwares	695.362	27.868	723.230
Adquiridos	690.401	19.298	709.699
Desenvolvidos para uso interno	4.961	8.570	13.531
(Amortização acumulada)	(604.298)	(24.654)	(628.953)
Softwares adquiridos	(604.279)	(24.611)	(628.889)
Softwares desenvolvidos para uso interno	(20)	(44)	(63)
Total	91.063	3.214	94.277

Descrição	Vida útil definida Prazo
Softwares adquiridos	2 a 7 anos
Softwares desenvolvidos para uso interno	57 anos

Passivo

14. Consignações

Política Contábil

Trata-se de retenções na folha de pagamento de empregados e tributos retidos de fornecedores.

Descrição	Set/2022	Dez/2021
Previdência social	20.404	14.359
Crédito tributário do Ativo	(4)	(4)
Pensão alimentícia	57	70
IRRF	30.270	33.591
Tributos federais retidos	5.251	2.582
ISS	3.735	753
Plano de previdência e assistência médica	11.786	27.617
Entidades representativas de classes	251	157
Empréstimos, retenções e consignatários	5.128	4.174
Total	76.878	83.300

15. Tributos e encargos sociais

Política Contábil

Trata-se de obrigações a serem recolhidas no decorrer dos próximos doze meses.

Descrição	Set/2022	Dez/2021
PASEP / COFINS a recolher (15.1)	51.766	74.953
Outros tributos diferidos (15.2)	35.287	42.184
CPRB a recolher	11.174	14.725
FGTS	12.906	12.723
ISS a recolher	8.678	6.079
Outros tributos	828	1.062
Total	120.639	151.724

15.1 PASEP/ COFINS a recolher

As contribuições estão relacionadas à movimentação do recebimento dos clientes, tendo em vista que o recolhimento da maioria dessas contribuições ocorre por ocasião do recebimento.

15.2 Outros tributos diferidos

Descrição	Set/2022	Dez/2021
IRPJ/ CSLL	15.151	17.805
Demais tributos s/ Receita Bruta	20.136	24.379
Total	35.287	42.184

Os tributos diferidos incidem sobre o saldo de Créditos a Receber de Clientes a Faturar. Os tributos diretos sobre a receita bruta a faturar são CPRB, PASEP, COFINS e ISS.

16. Pessoal a pagar e encargos trabalhistas

Descrição	Set/2022	Dez/2021
Férias	204.640	193.365
Licença prêmio	156.341	132.378
13º salário	95.673	0
Programa Demissão Voluntária - PDV	241	21.560
Outras obrigações com pessoal	4.122	4.735
Total	461.017	352.038

As variações nas rubricas ora destacadas referem-se à aprovação do ACT 2022/2023, com base no INPC de 12,47%. Quanto ao 13º salário, o valor da provisão será realizado até o encerramento do exercício. A variação na rubrica PDV decorre de pagamentos efetuados ao longo do exercício, referente ao programa de 2021.

17. Processos trabalhistas a pagar

Neste grupo, são registrados os valores a pagar decorrentes de acordos judiciais. Foram R$ 8,3 mi registrados em 2022 (R$ 56 mi, 2021) em ações trabalhistas movidas por empregados do quadro externo, cedidos à Receita Federal do Brasil, e do quadro interno. A redução do valor a pagar refere-se aos pagamentos efetuados no período. Os pagamentos das parcelas mensais são ressarcidos pela União. (NE 07).

18. Benefícios a empregados

18.1 Planos de previdência complementar oferecidos pelo SERPRO

Administrados pela EFPC SERPROS, constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com autonomia administrativo-financeira e personalidade jurídica de direito privado.

Descrição	Tipo	Características
Plano PS-I	Benefício Definido-BD	Plano saldado desde 01/04/2013, sob amparo legal e cujos benefícios já foram concedidos
Plano PS-II	Plano de Contribuição Variável – CV	Plano aberto para novas adesões e possui características de Contribuição Definida (CD), na fase de acumulação e de Benefício Definido (BD), na fase de pós-concessão.

18.1.1 Obrigações a pagar com plano de previdência

Descrição	Set/2022	Dez/2021
Ações de Cobrança	13.344	13.344
Contribuições paritárias	13.494	448
Total	26.838	13.792

18.2 Assistência à Saúde

Oferecido pelo SERPRO aos empregados e seus respectivos dependentes, pelo Programa de Assistência à Saúde do SERPRO – PAS/SERPRO.

18.2.1 Custeio do benefício de assistência à saúde

O SERPRO mantém como boa prática medições dos custos dos benefícios de assistência à saúde dos empregados, por meio de controles internos e indicadores implantados, incluindo o custo para a Estatal desses benefícios.

Descrição	Set/2022	Dez/2021
Gasto com saúde		
Utilização do Plano de Saúde	180.874	162.223
Despesas Administrativas	25.690	16.430
Total	206.564	178.653

Descrição	Set/2022		Dez/2021	
Participação no custeio de Assistência à saúde				
Participação dos Empregados + PSE	141.326	68,4%	122.778	68,7%
Participação Empresa	65.238	31,6%	55.875	31,3%
Total	206.564		178.653	

18.3 Auxílio-alimentação

Concedido mensalmente a empregados e dirigentes na modalidade de cartão eletrônico.

Descrição	Características
SODEXO	Empregados: R$ 1.125,84 fixado em Acordo Coletivo de Trabalho-ACT 2022/2023
	Dirigentes: R$ 778,03 desde abril/2019, conforme autorização emitida pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais-SEST

,

18.4 Plano odontológico

Benefício oferecido aos empregados e ex-empregados, a seus dependentes e agregados, por meio do Plano Odontológico PREVIDENT, mediante adesão voluntária.

19. Participação nos lucros ou resultados

No 3º trimestre de 2022 foi efetuada a quitação de R$ 23,7mi do Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), cuja forma de distribuição dos valores foi definida em acordo com comissão paritária instituída. O saldo (R$ 650 mil) remanescente no grupo refere-se, basicamente, à Remuneração Variável dos Administradores (RVA), cuja realização ocorre conforme cronograma de desembolso estabelecido pelo referido programa.

20. Juros sobre capital próprio

O saldo de R$ 92,8 mi corresponde aos JSCP do exercício de 2022, apurados até o encerramento deste trimestre.

21. Obrigações tributárias

Descrição	Set/2022	Dez/2021
PASEP/COFINS a recolher (21.1)	362.169	246.511
ISS a recolher (21.2)	188.427	144.818
ISS renegociado	38.755	38.755
IPTU a recolher	4.050	3.211
Total	593.401	433.295

Destas obrigações vincendas após doze meses do encerramento do exercício social, destacam-se:

21.1 PASEP/ COFINS a recolher

Representa o somatório das contribuições incidentes sobre as faturas em avaliação de direito ora classificadas no ativo não circulante (R$ 11,4 mi) e contribuições sobre serviços prestados a clientes da administração pública, que sofreram alteração do regime de tributação não cumulativo para o regime cumulativo, decorrente da aplicação da imunidade tributária, a partir de março de 2020 (R$ 350,7 mi).

21.2 ISS a recolher

Trata-se de provisionamento de obrigação (R$ 188,0 mi), devido à aplicação da imunidade tributária. Até o encerramento do 3º trimestre de 2022, mantêm-se os benefícios da imunidade tributária nas seguintes localidades: Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Porto Alegre, Belo Horizonte, Fortaleza, Belém, Campo Grande, Goiânia e Rio Branco, na esfera municipal, e Rio Grande do Sul, na esfera estadual. Quanto ao ISS-DF, está registrado como provisões administrativas para devolução ao cliente.

22. Provisões trabalhistas, cíveis e administrativas

Descrição	Set/2022	Dez/2021
Provisões trabalhistas e cíveis	392.914	433.577
Provisões administrativas	70.503	56.996
Saldo	463.417	490.573

22.1 Provisões trabalhistas e cíveis

Política Contábil

Consideram os processos judiciais classificados como estratégicos e não estratégicos e que atendem aos requisitos de provisão estabelecidos na NBC TG 25 (R2). Os processos classificados como estratégicos são aqueles que possuem risco de desembolso acima de R$1,2 mi na data da provisão e os processos classificados como não estratégicos são aqueles cujos valores de risco são inferiores a R$1,2 mi.

Os processos estratégicos provisionados são aqueles cujo risco de perda esteja classificado como provável, que possuem uma estimativa confiável de seu valor e que se trata de uma obrigação presente, independentemente da fase processual. O risco dos processos é atribuído pelo advogado, o reconhecimento é realizado pela contabilidade e a mensuração é responsabilidade do perito assistente com base nas decisões proferidas no processo.

Os processos não estratégicos são provisionados por meio da aplicação da metodologia do tíquete médio de pagamentos (por tipo de pedido principal) dos processos arquivados nos últimos 5 anos, multiplicado pela quantidade dos processos ativos no período em análise.

22.1.1 Movimentação dos processos trabalhistas e cíveis

Descrição	Total
Saldo da provisão 31/12/2021	433.577
Processos que entraram na provisão	4.309
Processos que saíram da provisão	(4.059)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	7.273
Redução nos processos anteriormente provisionados	(457)
Saldo da provisão 31/03/2022	440.643
Processos que entraram na provisão	35.146
Processos que saíram da provisão	0
Majoração nos processos anteriormente provisionados	9.364
Redução nos processos anteriormente provisionados	(2.130)
Saldo da provisão 30/06/2022	483.023
Processos que entraram na provisão	61.892
Processos que saíram da provisão	(23.044)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	8.217
Redução nos processos anteriormente provisionados	(137.174)
Saldo	392.914

A movimentação dos processos, conforme quadro acima, impactou positivamente o resultado em R$90,1 mi ao final do 3º trimestre de 2022. Cabe salientar que a maioria quantitativa dos processos na Empresa é de natureza trabalhista, representando mais de 96,5% do passivo provisionado. A Administração entende que as provisões constituídas para fazer frente aos processos trabalhistas e cíveis são suficientes para representar os riscos de eventuais decisões judiciais desfavoráveis.

22.1.2 Expectativa de reembolso

O SERPRO espera que parte do passivo seja reembolsado. Desta forma, e seguindo a NBC TG 25 (item 53), é contabilizado um ativo relativo às ações movidas por empregados cedidos, considerando o direito ao ressarcimento dos valores desembolsados. Como o fundamento do reembolso é legal e a administração pública (de quem se espera o reembolso) é adstrita ao princípio da legalidade, a administração julga que o reembolso é devido e praticamente certo.

Tipo de ação	Set/2022	Jun/2022	Mar/2022	Dez/2021
Sem expectativa de reembolso	249.238	321.412	290.716	287.665
Com expectativa de reembolso	143.676	161.611	149.927	145.912
Saldo da provisão	392.914	483.023	440.643	433.577

22.1.3 Redução do passivo

Existe um trabalho contínuo para diminuição do passivo judicial através da celebração de acordos judiciais. Os esforços para celebração de composições amigáveis reduziram sensivelmente o passivo de alguns dos processos de maior valor e o SERPRO continua empenhado em celebrar acordos benéficos para a Empresa.

22.1.4 Processos de riscos possíveis

Os processos classificados como de riscos possíveis são aqueles processos estratégicos com valor de risco superior a R$ 1,2 mi, que não foram considerados como provisionáveis por não possuírem uma estimativa confiável do seu valor e/ou por não se tratar de uma obrigação presente. Foram considerados como processos possíveis aqueles cíveis, não estratégicos e que seu risco foi classificado como possível.

Do total de 302 processos classificados como estratégicos, 20 têm seu risco classificado como possível, o que monta um valor total de R$ 182,9 mi. Adicionalmente, foram computados 209 processos cíveis classificados como não estratégicos passando a compor este reporte.

	Set/2022		Jun/2022		Mar/2022		Dez/2021	
Risco Processual Possível	Qte.	Valor	Qte.	Valor	Qte.	Valor	Qte.	Valor
Processos Cíveis	215	71.697	3	36.353	2	45.777	2	44.948
Processos Trabalhistas	14	133.073	16	167.638	15	171.767	14	165.916
Total	229	204.770	19	203.991	17	217.544	16	210.864

Vale destacar que a administração realiza monitoramento contínuo dos processos de modo com que a avaliação dos riscos de desembolso, a necessidade de reconhecer como provisão e a realização de estimativa confiável são analisadas e revistas periodicamente pelas áreas responsáveis.

22.1.5 Declaração da Administração quanto ao reconhecimento e divulgação de provisões judiciais

A apropriação das provisões judiciais cumpre a norma contábil, o que não representa o reconhecimento da perda dos processos por parte da Empresa.

22.2 Provisões administrativas e tributárias

Política Contábil
Os tributos de natureza indireta, incluídos nos preços dos serviços prestados a órgãos e entidades da administração pública, e não recolhidos em virtude da aplicação de imunidade tributária, estão registrados em provisões administrativas no passivo não circulante para ressarcimento aos clientes, após decisão definitiva favorável pelo fisco. Nos casos em que a decisão judicial ou administrativa ainda está em fase preliminar, o registro dessas provisões ocorre no passivo não circulante em obrigações tributárias.

Descrição	Set/2022	Dez/2021
Provisões administrativas	70.503	56.996

O acréscimo de R$ 13,5 mi refere-se às provisões do ISS DF registradas no período em análise, que serão ressarcidas aos clientes.

23. Benefício pós – emprego

Política Contábil
As obrigações com benefícios pós-emprego a empregados são constituídas de planos de previdência complementar e Programa de Assistência à Saúde (PAS/SERPRO). Os programas previdenciários e de assistência à saúde são classificados pela NBC TG 33 (R1) como benefícios pós-emprego, ou seja, serão devidos ao empregado após término de sua fase laborativa. Ao fim do encerramento do exercício é realizada avaliação, registro e divulgação das obrigações de longo prazo com benefícios pós-emprego.

Descrição	Set/2022	Dez/2021
Benefícios pós – emprego	557.773	551.316

24. Patrimônio líquido

A redução no patrimônio líquido em R$ 4,8 mi até o encerramento do trimestre reflete: os efeitos da baixa da reserva de dividendos dos adicionais propostos, em mai/22, por ocasião do pagamento dos dividendos (R$ 294 mi); os reconhecimentos mensais dos Juros sobre Capital Próprio (R$ 92,8 mi), atenuados pelo resultado do período (R$ 382 mi).

24.1 Capital social

O capital social do SERPRO é de R$ 1.061.005 (um bilhão, sessenta e um milhões e cinco mil reais), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 1.061.005 (um bilhão, sessenta e um milhões, cinco mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conforme o artigo Art. 5º do Estatuto Social.

25. Resultado do exercício

Descrição	Set/2022	Set/2021
Receita Bruta (25.1)	2.540.646	2.496.961
(-) Deduções	(432.093)	(454.690)
Receita operacional líquida (25.2)	2.108.553	2.042.271
Custo dos serviços prestados (25.3)	(1.178.234)	(1.040.512)
Lucro bruto	930.319	1.001.759
Despesas operacionais (exceto resultado financeiro)	(563.347)	(562.091)
Resultado financeiro (25.4)	130.789	51.391
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	497.761	491.059
Tributos sobre o lucro (25.5)	(115.846)	(25.714)
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	381.915	465.344

O resultado líquido do trimestre comparado ao mesmo período do exercício anterior foi inferior em R$ 83,4 mi. A redução decorre dos aumentos de gastos com pessoal; provisões judiciais; perdas com crédito de liquidação duvidosa e também reflete a redução da base de cálculo da apuração dos tributos sobre o lucro de parcela imune (descrição em Nota Explicativa 21.1 do encerramento do exercício 2021).

Entretanto, cabe destacar que resultados positivos foram obtidos em resultados com ações judiciais, resultado financeiro (NE 25.4) e outras despesas/receitas.

25.1 Receita bruta

Política Contábil
Nos termos da NBC TG 47, o SERPRO adota critério de reconhecimento da receita ao longo do tempo. A receita é apropriada à medida que o serviço está sendo prestado. Dessa forma, são contabilizadas, além das receitas efetivamente faturadas, as receitas a faturar na mesma competência. Utilizam-se estimativas e premissas que refletem o tamanho e a composição da carteira de clientes. Assim, contabiliza-se, mensalmente , a receita a faturar em valor estimado com base na média observada nos 90 dias que antecedem o período considerado

25.1.1 Composição da receita bruta por obrigação de desempenho

Descrição	Set/2022	Set/2021
Hospedagem de Aplicações	1.527.780	1.665.173
Desenvolvimento e Manutenção de Software	197.493	150.733
Emplaca - Sistema Nacional de Emplacamento	76.323	87.268
Gestão de Margem Consignável	71.397	68.520
Datavalid	64.034	78.805
Atendimento a Ambientes de Rede Local	62.304	98.807
Consulta Online Senatran	41.086	25.978
Administração de Rede de Longa Distância	40.469	57.120
Infoconv	36.134	30.422
Emissão de CNH	34.101	25.621
Demais obrigações de desempenho	416.082	211.332
Serviços a Faturar (CPC 47)	(26.557)	(2.818)
Total	2.540.646	2.496.961

25.1.2 Composição da receita bruta dos maiores clientes

Cliente	Vinculado à	Set/2022	Set/2021
SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil	Min. Economia	1.019.366	1.082.166
ME - Mini. da Economia - Diretoria Administração Logística	Min. Economia	486.301	372.578
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	Min. Economia	134.524	157.816
PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	Min. Economia	121.111	145.117
Ministério da Infraestrutura	Min. Infraestrutura	120.003	113.010
Secretaria de Gestão e Ensino em Seg. Pública	Min. Justiça	51.510	51.231
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente	Min. Meio Ambiente	27.812	6.542
DNIT – Depart. Nacional de Infra. de Transportes	Min. Infraestrutura	23.913	23.988
Inst. Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Min. Agricultura	18.581	11.230
Superintendência da Zona Franca de	Min. Economia	13.318	11.126
MRE – Depart. Comunicações e Documentação	Min. Rel. Ext.	11.567	11.593
Demais Clientes Públicos		130.952	133.042
Clientes públicos (Total)		2.158.958	2.119.439
Clientes privados		408.245	380.339
Serviços a Faturar (CPC 47)		(26.557)	(2.817)
Receita Total		2.540.646	2.496.961

A receita bruta aumentou em R$ 43,7 mi quando comparada ao mesmo período do exercício anterior. Merece destaque o desempenho da carteira de clientes da esfera “público OGU" responsável por R$ 2,0 bi da receita até o encerramento do trimestre; a esfera privada foi responsável por R$ 408 mi e a “público não OGU” contribuiu com R$ 68 mi.

25.2 Receita líquida

Descrição	Set/2022	Set/2021
Receita bruta	2.540.646	2.496.961
(-) ISS	(56.922)	(55.476)
(-) PIS / PASEP	(35.594)	(37.850)
(-) COFINS	(163.935)	(174.353)
(-) ICMS	0	(22)
(-) INSS patronal	(111.207)	(108.753)
(-) Descontos concedidos	(61.829)	(76.417)
(-) Vendas canceladas	(2.608)	(1.818)
Receita operacional líquida	2.108.553	2.042.271

A receita líquida apresentou um acréscimo de R$ 66,3 mi quando comparada ao mesmo período do exercício anterior. Merece destaque a redução nas deduções da receita bruta, especificamente em descontos concedidos, (R$ 14,6 mi).

25.3 Custos e Despesas Operacionais

25.3.1 Composição

Descrição	Set/2022			Set/2021		
	CSP	Despesas	Total	CSP	Despesas	Total
Despesas de Pessoal	(848.352)	(431.272)	(1.279.624)	(798.370)	(341.620)	(1.139.990)
Depreciação/Amortização	(86.401)	(21.591)	(107.992)	(52.568)	(21.012)	(73.580)
Locação	(118.564)	(5.086)	(123.650)	(44.725)	(17.258)	(61.983)
Manutenção	(48.260)	(11.769)	(60.029)	(51.889)	(18.115)	(70.004)
Comunicação	(11.239)	(886)	(12.125)	(27.938)	(6.586)	(34.524)
Serviços Profissionais	(44.851)	(31.363)	(76.214)	(55.043)	(15.887)	(70.930)
Serviços Públicos	(12.033)	(7.448)	(19.481)	(13.148)	(5.368)	(18.516)
Créditos a Receber	0	(66.233)	(66.233)	0	(20.522)	(20.522)
Créditos Tributários	3.175	0	3.175	3.892	0	3.892
Despesas Tributárias	(511)	(980)	(1.491)	0	(4.208)	(4.208)
Materiais	(2.412)	(946)	(3.358)	(308)	(2.416)	(2.725)
Outras despesas/receitas	(8.786)	2.580	(6.206)	(415)	(37.728)	(38.144)
Judiciais	0	11.647	11.647	0	(71.371)	(71.371)
Totais	(1.178.234)	(563.347)	(1.741.581)	(1.040.512)	(562.091)	(1.602.603)

25.3.2 Aumentos e reduções do gasto

Até o encerramento do 3º trimestre de 2022 observou-se aumento no gasto de R$ 139 mi quando comparado ao mesmo período do ano anterior, com destaque para gasto com pessoal em decorrência de eventos funcionais, tais como promoções, anuênios, recomposição de classe e atualização do acordo coletivo de trabalho (R$ 140 mi); locação (R$ 62 mi); resultado com crédito a receber (R$ 46 mi) e depreciação e amortização (R$ 34 mi).

Quanto às reduções, merecem destaques, resultado com ações judiciais (R$ 83 mi), em decorrência da revisão de processos, comunicação (R$ 22 mi), e outras despesas/receitas (32 mi).

25.4 Resultado Financeiro

Descrição	Set/2022	Set/2021
Despesas Financeiras	(15.387)	(5.857)
Receita Financeira	146.176	57.248
Resultado Financeiro	130.789	51.390

O aumento no grupo (R$ 79,3 mi) quando comparado ao mesmo período do ano anterior foi influenciado, principalmente, pela elevação da rentabilidade dos fundos extramercado, conforme NE 4.2. As receitas financeiras aumentaram (R$ 88,9 mi) em razão da elevação dessa rentabilidade, como também da elevação da taxa Selic. As despesas financeiras aumentaram em R$ 9,5 mi, em decorrência, principalmente, da atualização monetária de dividendos/ JCP (NE 20).

25.5 Tributos sobre o lucro

Política Contábil
O SERPRO apura o IRPJ e a CSLL pelo regime de tributação do Lucro Real, na modalidade anual.
No exercício de 2019, amparado em decisão na Ação Cível Originária-2.658/DF transitada em julgado e nos Pareceres Técnicos de sua assessoria jurídica, aplicou-se a imunidade tributária recíproca ao IRPJ excluindo do Lucro Real o resultado atribuído aos serviços prestados aos órgãos e às entidades públicas, mantendo a tributação sobre o resultado da parcela não imune (serviços prestados a entidades privadas). Por inexistir regra específica para as empresas públicas, quanto à escrituração das obrigações acessórias para apuração dos resultados imune e não imune, a segregação dos lucros oriundos do poder público daqueles provenientes das entidades de direito privado foi proporcional à receita líquida faturada.

25.5.1 Imposto de Renda – IRPJ e Contribuição Social – CSLL

Descrição	Set/2022	Set/2021
IRPJ e CSLL correntes	(122.491)	(84.187)
IRPJ e CSLL diferidas	6.645	58.473
Total	(115.846)	(25.714)

25.5.2 Conciliação da despesa com IRPJ e CSLL

Descrição	Set/2022	Set/2021
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	497.761	491.058
(a) Tributos sobre o lucro (34%)	(169.239)	(166.960)
(b) Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:	46.747	82.773
Exclusão de lucro atribuído ao setor público	81.060	100.546
Adições e Exclusões sobre diferenças temporárias	(79.699)	(62.777)
Juros sobre capital próprio	31.548	21.764
Compensação de Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	26.762	19.657
Outras adições e exclusões	(14.157)	2.201
Incentivos Fiscais – PAT e Licença Maternidade	1.234	1.382
(c) Total dos Tributos Correntes (a) + (b)	(122.491)	(84.187)
Constituição/Reversão Tributos s/ Prejuízo Fiscal e Base Negativa	(26.762)	(4.303)
Constituição/Reversão de tributos diferidos s/ diferenças temporárias	33.407	62.776
(d) Total dos Tributos Diferidos	6.645	58.473
(e) Total dos Tributos Correntes e Diferidos (c) + (d)	(115.846)	(25.714)
Alíquota efetiva (Total / Lucro)	(23,27%)	(5,24%)

As despesas de IRPJ e CSLL do período compreendem os tributos correntes e diferidos que confrontados com o lucro contábil antes dos tributos (R$ 497 mi) resultaram numa alíquota efetiva de 23,27%, equivalente à despesa de R$ 115,8 mi. Esse resultado foi influenciado pelas variações das adições e exclusões sobre as diferenças temporárias, em sua maioria, pelo acréscimo das provisões tributárias.

25.5.3 Demonstração da apuração do lucro a excluir do IRPJ

A distribuição da Receita Líquida está descrita a seguir:

Descrição	Set/2022	%	Set/2022	%
Receita Operacional Líquida	2.108.553		2.042.271	
(+/-) Receita operacional líquida a faturar	21.244		(6.267)	
Receita Operacional Líquida a distribuir	2.129.797		2.036.004	
Receita líquida atribuída ao setor público	1.759.600	82,6	1.693.269	83,2
Receita líquida atribuída ao setor privado	370.197	17,4	342.735	16,8

25.5.4 Apuração do lucro atribuído ao setor público, com exclusão do IRPJ

Descrição	Set/2022	%	Set/2021	%
Lucro Líquido antes dos tributos sobre o lucro	497.761		491.058	
Adições/Exclusões	(105.303)		(7.471)	
Tributos com exigibilidade suspensa	44.448		47.868	
Realização de Reserva de Reavaliação	4.423		1.206	
Ajuste art. 58 da Lei nº 12973/14	163		198	
Outras Despesas e Receita art. 187 Lei nº 6404/76	(23.548)		(300)	
Receita Financeira que excede a despesa financeira	(130.789)		(56.442)	
Lucro Líquido ajustado a atribuir	392.458		483.588	
Lucro atribuído ao Setor Público Imune de IRPJ	324.242	82,6182	402.183	83,1663
Lucro atribuído ao Setor Privado	68.216	17,3818	81.406	16,8337
IR s/ Lucro atribuído ao Setor Público	81.061		100.546	

Trata-se de detalhamento da apuração do lucro na prestação de serviço atribuído ao setor público imune de IRPJ (R$ 324 mi), que corresponde à exclusão de R$ 81 mi do IRPJ corrente no 3º trimestre de 2022.

25.5.5 Movimentação de saldos dos ativos e passivos fiscais diferidos

Descrição	Dez/2021	DRE	Set/2022
(a) Passivo fiscal diferido – Circulante	(17.805)	2.654	(15.151)
Provisão Ativa – Receita a Faturar (CPC 47)	(17.805)	2.654	(15.151)
(b) Ativo fiscal diferido – Não Circulante	313.488	3.573	317.061
Provisões de processos trabalhistas e cíveis	57.280	(4.843)	52.437
Passivo atuarial	72.834	1.603	74.437
Provisão sobre créditos de liquidação duvidosa	51.108	5.950	57.058
Provisões Trabalhistas	17.489	3.376	20.865
Provisões Tributárias	57.821	24.091	81.912
Outras provisões	2.976	25	3.001
Saldo do Prejuízo Fiscal – IRPJ	53.980	(26.629)	27.351
(c) Passivo fiscal diferido – Não Circulante	(46.099)	419	(45.680)
Provisões de processos trabalhistas – PSE	(19.277)	102	(19.175)
Provisão ativa – Fundos de Pensão	(12.624)	(129)	(12.753)
Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis	(14.198)	446	(13.752)
(d) Créditos Fiscais Diferidos Não Circulante (b) + (c)	267.389	3.992	271.381
(e) Total: Créditos Fiscais Diferidos (a) + (d)	249.584	6.646	256.230

Os tributos diferidos foram reconhecidos às alíquotas nominais do imposto de renda (25%) e da contribuição social (9%). O saldo líquido de R$ 256.230 mi resulta da diferença entre o ativo fiscal diferido (R$ 317mi) e o passivo fiscal diferido (circulante, R$15 mi e não circulante, R$ 46 mi). O crédito relativo às provisões tributárias foi constituído

sobre o IPTU, ISS e o PASEP/COFINS a recolher registrados no passivo não circulante, e sua reversão ocorrerá na liquidação dessas provisões.

Descrição	Jan a Dez/2021	Jan a Set/2022
Saldo em 1º de janeiro	450.449	249.584
Efeito no Resultado	(125.252)	6.646
Ativos e Passivos temporários	(174.928)	33.275
Utilização de créditos sobre prejuízo fiscal	(4.303)	(26.629)
Constituição de créditos sobre prejuízo fiscal	53.980	
Efeito no Patrimônio Líquido	(75.613)	0
Outros Resultados Abrangentes	(99.854)	
Reserva de Reavaliação	24.242	
Saldo final do período	249.584	256.230

O IRPJ diferido passou, em dezembro de 2021, a ser constituído sobre a base fiscal das diferenças temporárias (provisões ativas e passivas) excluída da parcela proporcional ao setor público, mantendo equivalência com o tributo corrente provisionado.

25.5.6 Reflexo da aplicação da imunidade tributária no IRPJ

Na apuração dos tributos correntes, a imunidade teve os seguintes impactos:

Descrição	Com Imunidade	Sem Imunidade	Efeito
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	497.761	497.761	0
(a) Tributos sobre o lucro (34%)	(169.239)	(169.239)	
(b) Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:	46.748	(61.074)	107.822
Incentivos fiscais	1.234	1.234	
Demais adições e exclusões (afetaram o cálculo tributário)	(62.308)	(62.308)	
Exclusão do lucro atribuído ao setor público	81.060		81.060
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	26.762		26.762
(c) Despesa de IRPJ e CSLL correntes (a) + (b)	(122.491)	(230.313)	107.822

Na apuração dos tributos diferidos sobre os prejuízos fiscais, a imunidade é refletida conforme a seguir:

Descrição	Com imunidade		Sem imunidade	
AFD de IRPJ não constituído sobre saldo de prejuízo fiscal	Prejuízo fiscal	AFD constituído	Prejuízo fiscal	AFD Não constituído
Saldo em 31 de dezembro de 2021	215.918	53.980		
Compensação de 30%	(106.517)	(26.629)		
Saldo em 30 de setembro de 2022	109.401	27.350		

Sem a aplicação da Imunidade tributária o saldo do Prejuízo Fiscal teria sido consumido totalmente nos primeiros meses de 2021 e não restaria saldo a compensar.

Nos termos do ICPC 22-Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro, sobre como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32-Tributos sobre o lucro, a Empresa avaliou os requisitos da norma e não identificou impacto quanto à contabilização de passivos, visto que os procedimentos aplicados na apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro seguem a legislação e decisões de tribunais administrativos e judiciais.

26. Partes relacionadas

26.1 Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC

Política Contábil
A EFPC SERPROS Fundo Multipatrocinado é considerada parte relacionada do SERPRO, nos termos que define a NBC TG 05 tendo em vista que os Conselhos Deliberativo e Fiscal da entidade são formados, paritariamente, por conselheiros indicados pela Patrocinadora (SERPRO) e por conselheiros eleitos pelos participantes e assistidos.

26.1.1 Transações com SERPROS Fundo Multipatrocinado

Operação	ANC	PC	PNC
Letras Tesouro Santa Catarina	95.554		
Retenções e repasses		11.786	
Contribuições Paritárias		13.493	
Ações de Cobrança		13.344	
Benefícios Pós-Emprego			557.773
Total	95.554	38.623	557.773

26.1.2 Composição dos Conselhos e Diretoria da Entidade

Descrição			Indicação	Eleição
Conselho Deliberativo (CDE)	Presidente	Thiago Carlos de Sousa Oliveira	x	
	Conselheiro	Ariadne de Santa Teresa Lopes Fonseca	x	
	Conselheiro	Felipe Porto Padilha	x	
	Conselheiro	Luiz Antônio Martins		x
	Conselheiro	Alexandre José Valadares Jordão		x
	Conselheiro	Mario Evangelista da Silva Neto		x
Conselho Fiscal (COF)	Presidente	Erodice Rocha da Silva		x
	Conselheiro	Mauro Roberto Simião		x
	Conselheiro	Georges Leitão dos Santos	x	
	Conselheiro	Maurício Vasconcellos Saraiva	x	

Descrição		Participante/ Beneficiário		Eleição
Diretoria Executiva (DE)	Diretor-Presidente	Wilson Biancardi Coury	x	
	Diretor Seguridade	Fernando Nunes Bento	x	
	Diretor Investimento	Sérgio Ricardo Vieira		

Conforme estabelecido em estatuto social, o Conselho Deliberativo da EFPC é composto de 6 (seis) membros, sendo 3 (três) indicados pela Patrocinadora (SERPRO), e demais escolhidos por participantes e assistidos, por meio de eleição direta.

O Conselho Fiscal, composto de 4 (quatro) membros também apresenta composição paritária, sendo 2(dois) indicados pela Patrocinadora e demais, eleitos.

A Diretoria Executiva, órgão de administração geral do SERPROS, é composta de 4 (quatro) membros e pelo menos 2 (dois) devem ser participantes ou receber benefício do SERPROS.

26.2 Transações Comerciais - Clientes públicos OGU

Política Contábil
Os clientes públicos pertencentes ao Orçamento Geral da União – OGU de órgãos vinculados ao Ministério da Economia são considerados partes relacionadas, uma vez que o SERPRO é empresa pública vinculada ao Ministério da Economia e, neste caso, trata-se de entidade que exerce influência significativa.

26.4 Transações Comerciais - Clientes públicos OGU

Cliente	Receita Bruta	Faturamento			
		A vencer	Vencidos até 3 anos	Vencidos mais 3 anos	Avaliação de Direito
SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil	1.019.366	114.435	19.722	42.391	222.201
ME – Min. da Economia - Diretoria Adm. Logística	486.301	167.222	125.395	535	
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	134.524				
PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	121.111	27.538	1.193	21.198	
MINFRA - Ministério da Infraestrutura	120.003	12.613	7.730		
Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública	51.510	10.033	1.205	116	
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e	27.812	4.586	1.843		
Depart. Nacional de Infraestrutura de Transportes	23.913	2.323	4.449		
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	18.581	1.693	220		
Superintendência da Zona Franca de Manaus	13.318	2.471	1.820		
MRE – Depart. Comunicações e Documentação	11.567				
Total	2.028.006	342.914	163.577	64.246	222.201

27. Outras notas explicativas

Nos termos do que define a Resolução CGPAR/ME nº30 de agosto de 2022, o SERPRO apresenta em suas notas explicativas, para fim de transparências, as informações que se seguem:

27.1 Remunerações

Os valores pagos a título de remuneração de empregados, diretores e conselheiros de administração e fiscal assim como comitês, até o encerramento do 3º trimestre

27.1.1 Valores pagos

Descrição	
Remuneração	**3 Trim/ 2022**
Empregados	555.382
Diretores	2.147
Conselho de Administração	202
Conselho Fiscal	96
Comitê de Auditoria	73
Outros Conselhos	295
Valores pagos	**558.195**

27.1.2 Remuneração média dos diretores, incluindo o Diretor Presidente

A remuneração média dos diretores do Serpro, incluindo, gratificações e benefícios, é de R$ 36.942,98, a maior remuneração foi de R$ 39.742,27 e a menor foi de R$ 34.560,27.

27.1.3 Remuneração dos conselheiros fiscais, administração e membros do comitê

Os honorários mensais dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são um décimo da remuneração da média mensal dos membros da Diretoria Executiva, o que representa uma média de R$ 3.826,89. Os honorários dos membros do Comitê de Auditoria representam uma média de R$ 4.921,16 mensais.

27.1.4 Remuneração dos empregados

A política salarial do SERPRO contempla remunerações para o quadro de empregados sem função de chefia, variando entre R$ 2032,02 e R$ 51087,00.

A média salarial para esses cargos é de R$ R$ 12.316,78. Esta amplitude na maior remuneração refere-se à incorporação de horas extras, gratificações, adicional por tempo de serviço e retroativos ocorridos na folha

09/2022. Para os cargos com função de chefia, o intervalo de variação está compreendido entre R$ R$ 6.906,32 e R$ R$ 44.320,42 e média de R$ R$ 21.066,36. A média salarial de todos os empregados da empresa é de R$ R$ 13.380,39.

27.2 Quantidade de empregados

Descrição	3 Trim/ 2022
Número de empregados	7.634
Quadro Interno	5.693
Quadro Externo	1.941

27.3 Benefícios

Descrição	
	Set/2022
Assistência Médica	2.073,25
Assistência Odontológica	11,66
Auxílio Alimentação	1.553,45
Auxílio Creche	579,70
Auxílio Filhos Especiais	2.034,11
Previdência Complementar	1.851,63
Auxílio Transporte	162,02
Média Global	**1.180,83**

Diretoria Executiva

Gileno Gurjão Barreto
Diretor-Presidente

André de Cesero
Diretor de Relacionamento com Clientes

Andre Luiz Sucupira Antonio
Diretor Jurídica e de Governança e Gestão

Alexandre Magno Galieta de Oliveira
Diretor de Desenvolvimento Humano

Antonino Guerra
Diretor de Operações

Elana Oliveira de Matos Sousa
Diretora de Administração

Ricardo Cezar de Moura Jucá
Diretor de Desenvolvimento

Conselho de Administração

Marco Paulo Reis Tanure
Presidente
César Augusto Guimarães

João Pedro Viola Ladeira

Fernando André Coelho Mitkiewicz

João Manoel da Cruz Simões

Rafael Bicca Machado

Deivi Lopes Kuhn

Conselho Fiscal

Rodrigo Rebouças Marcondes
Presidente
Fabrício Stobienia de Lima

Marcelo Dias Varella

Comitê de Auditoria

Rafael Bicca Machado
Presidente

Adilson Herrero

Antônio Edson Maciel dos Santos

Contadora

Carla Ribeiro Alves Marques
CRC 015723/ O- 9